

# A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE À INCLUSÃO DE ALUNOS (AS) COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Josenilde Oliveira Pereira; Thelma Helena Costa Chahini

Universidade Federal do Maranhão - oliver\_josy@yahoo.com.br; thelmachahini@hotmail.com

Este estudo teve por objetivo primário investigar a operacionalização das ações do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA em relação à inclusão de discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, na universidade. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, através de revisão de literatura e/ou pesquisa bibliográfica, bem como observações *in loco* no referido Núcleo. Ressalta-se ainda, um panorama geral da situação dos alunos, público alvo do referido Núcleo, bem como destacam-se as áreas que mais recebem alunos com deficiência, os tipos de deficiência mais atendidos pelo Núcleo e os principais entraves e/ou desafios para a materialização da inclusão da pessoa com deficiência na Universidade.

Palavras-chave: Núcleo de Acessibilidade, Educação Superior, Inclusão.

## INTRODUÇÃO

Na perspectiva de assegurar uma política de acessibilidade no âmbito das Instituições Federais de Educação Superior – IFES, o governo federal, por meio do Programa Incluir, o qual é executado através de uma parceria entre a Secretaria de Educação Superior – SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, estabelece a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais.

O Programa Incluir, no período de 2005 a 2011 concretizou-se, conforme o seu Documento Orientador (BRASIL, 2013), através de chamadas públicas, nas quais as instituições federais de educação superior deveriam responder aos editais do MEC com projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, identificando, para tanto, barreiras físicas e arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, bem como estabelecendo estratégias de enfrentamento.

A partir de 2012 o MEC, através da SECADI e SESu, apoia os projetos das Instituições Federais de Educação Superior com aporte financeiro, numa forma de institucionalizar ações de política de acessibilidade na Educação Superior, através dos Núcleos (BRASIL, 2013)

Conforme o site oficial do Ministério da Educação, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – INCLUIR visa propor:

Ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida

acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2015).

O presente estudo problematiza o paradigma da inclusão no âmbito da Educação Superior, especificamente, no Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, órgão instituído pelo Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior (2005) do governo federal, o qual objetiva assegurar acesso e permanência às pessoas com deficiência na universidade. Em que questiona-se como o referido núcleo vem operacionalizado ações que visam a inclusão de discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, na universidade?

Para dar conta de responder ao problema levantado, elencou-se como objetivo geral investigar a operacionalização das ações do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA em relação à inclusão de discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, na universidade.

O paradigma da inclusão, conforme Sasaki (2015) se baseia no modelo social de deficiência e defende a adequação das instituições de ensino às especificidades de cada aluno. Portanto, afasta-se do modelo médico de deficiência (integração), o qual imperou no Brasil durante anos, marcado por muitos entraves e preconceitos.

Diante do exposto, Omote *apud* Chahini (2013, p.20) “esclarece que a concepção do ser humano perfeito é fruto de uma construção elaborada pelo grupo social, visto que a deficiência não é um fato que nasce com o sujeito, nem mesmo se mostra com o advento de uma enfermidade, mas é antes produzida e mantida por um grupo social”.

Verifica-se que a construção social da deficiência vem evoluindo nas atitudes sócio-político-educacionais, visando combater a exclusão das pessoas com deficiência no exercício de seus direitos de cidadãos.

Essa proposta social de educação enfrenta vários desafios, apesar de todo arcabouço jurídico-legal que a fundamenta, tais como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996). Convém destacar ainda que a proposta de educação inclusiva não se restringe apenas à pessoa com deficiência, mas envolve a todo segmento humano que foi historicamente excluído do processo educacional brasileiro, bem como do acesso a outras políticas sociais públicas, tais como: o negro, o indígena, os pobres, as mulheres, etc.

Chahini (2010) destaca que não se deve ficar restrito apenas a elaboração e aprovação de leis é preciso que se trabalhe com ações que sensibilize e conscientize a sociedade acerca das



especificidades da pessoa com deficiência, demarcando suas potencialidades e real inclusão em todos os segmentos da sociedade.

Ainda segundo autora a educação inclusiva exige um repensar e rever de práticas educativas, sociais e interpessoais a fim de reduzir barreiras arquitetônicas, curriculares e atitudinais, bem como os principais entraves que precisam ser superados pela educação, dentre esses: a desinformação, o desconhecimento de professores em relação ao potencial das pessoas com deficiência, o número excessivo de alunos em sala de aula, dentre outros.

Para Nunes *apud* Chahini (2013, p.39) “o conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população”.

Em face do exposto, verifica-se que ocorre a construção de um processo de reconhecimento do direito do acesso a educação a todas as pessoas, independente de suas situações sociais e/ou de suas diferenças pessoais.

Contudo, esse processo ainda se desenvolve marcado por muitos entraves e desafios, o que exige, necessariamente, a participação dos sujeitos individual e coletivo no enfrentamento e fortalecimento de uma educação pública de qualidade, capaz de atender as especificidades de todos os educandos.

Trabalhar concretamente com o paradigma da inclusão significa reconhecer e respeitar as diferenças e a pluralidade cultural, fato que supõe mudanças de atitudes daqueles que participam diretamente do processo ensino-aprendizagem. Essa postura é fundamental para a eliminação de barreiras, preconceitos, estereótipos e atitudes excludentes que inviabilizam o acesso de todos aos serviços e bens necessários ao desenvolvimento pessoal, social e profissional (CHAHINI, 2012).

Diante dos fatos, considera-se relevante citar Comparato (2011, p. 19) ao enfatizar que “todos os seres humanos têm direito ao reconhecimento e a preservação de suas diferenças, sejam elas naturais e/ou culturais, mas não podem ser tratados socialmente como divididos em seres inferiores e superiores”.

Partindo desse pressuposto, considera-se de extrema relevância conhecer as ações do Núcleo de Acessibilidade da UFMA, em relação ao acompanhamento de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas durante o ingresso desses na universidade, bem como durante suas permanências no processo ensino-aprendizagem acadêmico, visando o alcance de uma educação de qualidade capaz de assegurar-lhes condições de inserção no mercado de trabalho competitivo, de maneira autônoma e exitosa.

Contudo, para que esse processo inclusivo tenha êxito, se faz necessário a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, programáticas, metodológicas, instrumentais e naturais, que dificultam e/ou impedem as pessoas com deficiência de participar, ativamente, de todos os processos que envolvem o meio educacional.

Em face da amplitude das referidas barreiras, convém considerar que o processo de inclusão na UFMA não é de responsabilidade exclusiva do Núcleo de Acessibilidade, mas exige a participação de todos os setores da instituição, desde a gestão maior, coordenadores, chefes de departamento, professores, técnicos administrativos, alunos, dentre outros, pois trabalhar com inclusão significa desconstruir práticas culturais fundamentadas no preconceito, derivado do desconhecimento da própria deficiência, bem como do potencial cognitivo dos discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, o que torna a luta pela educação inclusiva mais complexa, porém bastante instigante.

## **METODOLOGIA**

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, através de revisão de literatura e/ou pesquisa bibliográfica, bem como observações *in loco*, no Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

A partir de uma análise crítico-reflexiva e sob abordagem qualitativa, busca-se compreender como o processo de inclusão de pessoas com deficiência tem se efetivado na UFMA, tendo em vista que desde 2007 a referida instituição, por meio de ações afirmativas, tem reservado uma vaga para pessoas com deficiência nos diversos cursos de graduação em seus processos seletivos. Que ocorre atualmente através do Sistema de Seleção Unificada – SiSU após realização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Para consecução deste estudo, utilizaram-se dados primários e secundários, dentre esses, documentos internos, leis e artigos científicos, os quais foram fundamentais para traçar um panorama geral da inclusão da pessoa com deficiência na UFMA desde 2007 até 2015.1, considerando o número de matrículas realizadas; os principais tipos de deficiências atendidas; as áreas que mais recebem alunos com necessidades educacionais específicas; as principais barreiras enfrentadas tanto pelos alunos quanto pelo Núcleo de Acessibilidade, bem como os aspectos que facilitam e/ou dificultam o processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam que na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, o Núcleo de Acessibilidade, órgão vinculado a Pró-Reitoria de Ensino, foi instituído por meio da Resolução nº 121, de 17 de dezembro de 2009 e passou a funcionar efetivamente em 2010 com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na universidade através de serviços técnicos e profissionais especializados (RESOLUÇÃO, nº 121 – CONSUN, 2009).

Esse espaço busca assegurar o direito de todos e todas à acessibilidade, promovendo ações que garantam a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, comportamentais, pedagógicas e atitudinais. Atualmente é composto por uma coordenação, seis transcritores do sistema Braille, dez tradutores intérpretes de Libras, uma assistente social e um assistente administrativo.

De acordo com dados obtidos no Departamento de Organização Acadêmica – DEOAC/UFMA, no período de 2007 a 2015.1, foram disponibilizadas 345 matrículas para as pessoas com deficiência no campus de São Luís, distribuídas da seguinte forma: 127 para o Centro de Ciências Sociais – CCSO; 86 para o Centro de Ciências Humanas – CCH; 75 para o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET; 57 para o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS.

Percebe-se nesse contexto, o reflexo das Políticas Públicas Afirmativas em relação aos direitos das pessoas com deficiência à Educação Superior, numa forma de assegurar apoio e promoção aos grupos socialmente discriminados, minimizando, dessa forma, as intensas desigualdades sociais (PEREIRA, 2008).

Convém destacar, que do universo de alunos (as) que adentram na UFMA utilizando as vagas para discentes, público alvo da Educação Especial, nem todos demandam atendimento educacional especializado, o que traz implicações direta nos atendimentos realizados pelo Núcleo de Acessibilidade, fato este, que precisa ser revisto de maneira criteriosa.

Diante dos fatos, pontua-se o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011), ao ressaltar que o público alvo da Educação Especial corresponde às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

No ano corrente, o Núcleo já contabilizou, no primeiro semestre, 69 atendimentos aos alunos (as) com deficiência, dentre esses, 04 surdos, 06 cegos, 18 com baixa visão, 03 com deficiência intelectual e 38 com deficiência física.

As intervenções profissionais consideram as características intelectuais, sensoriais, físicas, culturais e sociais dos alunos participantes do universo acadêmico da instituição pesquisada, para que assim, os discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, tenham suas necessidades atendidas, bem como condições de superar os obstáculos postos e impostos, cotidianamente, no âmbito de suas formações profissionais.

É necessário pontuar que o acolhimento aos alunos com deficiência pelo Núcleo, no ato da matrícula, é recente, data de 2014 (anteriormente as matrículas desses alunos eram realizadas apenas pelo DEOAC).

Nesse contexto ressalta-se a Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência. Capítulo IV do Direito à Educação - Art. 28/ II – pontua o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

O primeiro contato da pessoa com deficiência (acolhida), realizado pelo Serviço Social do Núcleo é de extrema relevância, pois além de estabelecer um diálogo direto com o aluno e orientar quanto aos serviços oferecidos pela universidade, também é um momento em que o aluno expõe as suas demandas e o que espera da universidade em termos de atendimento e inclusão.

Após esse primeiro contato, as coordenações e departamentos dos cursos são avisadas e orientadas quanto à inclusão de aluno (a) com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, bem como qual o papel do Núcleo para a concretização da inclusão na universidade.

Diante da necessidade de democratizar a educação na Universidade, o Núcleo de Acessibilidade tem desenvolvido e participado das seguintes ações:

Encontros com as coordenações e com os departamentos dos cursos que atendem alunos com deficiência, visando divulgar o trabalho realizado pelo Núcleo, bem como identificar as principais dificuldades e/ou potencialidades vivenciadas pelos cursos em relação à inclusão da pessoa com deficiência na Universidade.

Em relação à Deficiência Visual, os discentes cego e/ou com baixa visão são os que mais demandam os serviços especializados do Núcleo. O atendimento consiste em preparar o material para o acesso ao conteúdo acadêmico, por meio de transcrição para o Braille, ampliação ou mesmo conversão de texto em áudio para que o aluno possa acompanhar o conteúdo acadêmico a partir de software de leitura.



Ao ingressar na universidade esses (as) alunos (as) recebem, mediante termo de responsabilidade, o qual deve ser renovado a cada semestre letivo, um notebook, um gravador de voz e mais recentemente uma lupa eletrônica manual, a fim de que possam acompanhar as atividades acadêmicas. Aos alunos (as) com baixa visão, além dos textos ampliados, são disponibilizados, ainda, lupas eletrônicas portáteis e de mesa, bem como acesso a scanner a fim de melhor auxiliá-lo nas atividades acadêmicas.

Em relação à Deficiência Auditiva, quando o (a) aluno (a) é alfabetizado em libras, recebe atendimento de intérpretes de libras durante as aulas e/ou em atividades acadêmicas que necessitam da mediação desse profissional. Atualmente, o grupo de intérpretes de Libras (10) vem acompanhando 04 alunos surdos que se encontram nos cursos de Engenharia Elétrica, Farmácia, Odontologia e Ciências Contábeis, realizando além das interpretações e traduções dentro das salas de aulas, o acompanhamento dos referidos alunos em seminários, utilização dos laboratórios, bem como em todos os setores da universidade em que se fizerem necessários.

Referente aos alunos (as) com deficiência física o Núcleo realiza contato com as coordenações e departamentos, por meio de memorandos e reuniões, a fim de assegurar turmas no térreo, bem como o oferecimento de condições que possibilitem o acesso adequado desses alunos aos equipamentos e serviços que a Universidade dispõe.

Quanto às demais necessidades educacionais específicas, como no caso, dos (as) alunos (as) com transtorno do espectro autista - TEA, o Núcleo entra em contato com as coordenações para organizar as questões logísticas em relação a acessibilidade, as questões envolvendo assistência estudantil, bem como as envolvendo o processo ensino-aprendizagem.

Nesse contexto se faz importante ressaltar a Lei nº 12.764 (NOTA TÉCNICA Nº 24/2013), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e esclarece que o atendimento educacional desses discentes deve ocorrer a partir de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação, bem como possibilitar experiências diversificadas de aprendizado através de recursos pedagógicos diversificados e de acessibilidade. Ainda de acordo com a referida Lei, as intervenções pedagógicas devem valorizar os progressos desses alunos (as) e estimular o desenvolvimento das relações sociais e comunicacionais, possibilitando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

O Núcleo, também realiza planejamento de ações de sensibilização da comunidade acadêmica acerca da educação inclusiva e as especificidades da pessoa com deficiência em datas comemorativas e eventos realizados pela Universidade; ações internas (seminários, palestras e

minicursos) e externas (participação em congressos, seminários) em outros locais no país; atendimento socioeducacional.

As realizações de atendimento e orientações socioeducacionais aos alunos (as) com deficiência, realizados pelo Núcleo visam identificar e analisar o perfil socioeconômico dos referidos alunos (as) e assim encaminhá-los a rede de serviços públicos, bem como aos direitos sociais.

As referidas ações também envolvem a realização de anamnese social dos discentes com deficiência, objetivando suas inclusões nos diversos programas, serviços, benefícios e projetos oferecidos pela Universidade, na perspectiva de assegurar a permanência exitosa desses; esclarecimentos ao grupo familiar no tocante às ações e serviços oferecidos pelo Núcleo e ao papel de cada sujeito (aluno, servidores e família) envolvido no processo de inclusão.

Diante do exposto, percebe-se que trabalhar com processo de inclusão da pessoa com deficiência no contexto da universidade é uma proposta bastante desafiadora, considerando, sobretudo, dois aspectos fundamentais: primeiro, que trabalhar com as diferenças, já traz em si uma grande complexidade, pois envolve a resistência daqueles que privilegiam uma cultura pautada em padrões excludentes de “normalidade”; o segundo aspecto refere-se à inclusão da pessoa com deficiência na universidade, pois a estruturação da educação especial, considerando o seu surgimento, desenvolvimento e consolidação, bem como o seu entrelaçamento com a educação inclusiva esteve predominantemente vinculada a educação básica, as próprias publicações, atendimentos educacionais especializados, adequações metodológicas, curriculares, dentre outros, são exaustivamente trabalhados para a educação básica e poucos estudos referente à educação superior, evidenciando que poucos pensaram na possibilidade da pessoa com deficiência conquistar esse espaço.

Santos (2013), ao se referir sobre a relevância do núcleo de acessibilidade, pontua que este deve ser o interlocutor para a realização dos encaminhamentos adequados à resolução das demandas dos educandos com deficiência, bem como ter legitimidade no campo universitário, enquanto um espaço que promove parcerias tanto internas quanto externas, com vistas à construção de uma política e cultura institucional de respeito às diferenças, a qual deve envolver todos os sujeitos envolvidos na comunidade acadêmica.



## CONCLUSÃO

Retornando aos objetivos pretendidos, que eram os de investigar a operacionalização das ações do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA em relação à inclusão de discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, na universidade, constata-se que apesar da grande relevância do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, a sua operacionalização ainda encontra-se mais no aspecto ideológico, pois concretamente, este, conta com poucos recursos destinados à realização das ações, necessárias, ao processo de inclusão de alunos (as) com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas; sua localização e estrutura física são inadequadas às questões de acessibilidade dos discentes; possui carência de profissionais especializados nas diversas deficiências e/ou necessidades específicas, bem como na própria quantidade desses; carência de infraestrutura nas tecnologias assistivas e/ou poucos recursos em relação ao quantitativo de alunos (as); carência de formação continuada para técnicos e demais professores em relação ao processo ensino-aprendizagem dos discentes com deficiência; ausência de legislação interna sobre programas, projetos e benefícios assistenciais que visem o acesso dos referidos alunos (as) a esses, respeitando o atendimento prioritário e imediato deles, conforme previsto na Legislação Federal.

Faz-se importante ressaltar que o processo de inclusão da pessoa com deficiência na universidade representa um esforço de concretização do respeito às diferenças e a pluralidade cultural, fato que não ocorreu por dádiva do Estado, mas como produto de lutas históricas dos grupos envolvidos na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Trata-se de uma forma de enfrentamento das formas de segregação e exclusão.

No âmbito da Educação Superior esse enfrentamento é realizado a partir da não aceitação de improvisos tanto fora quanto dentro de sala de aula, da eliminação de barreiras físicas, metodológicas, instrumentais, pedagógicas e atitudinais.

Essas ações são fundamentais para que a acessibilidade na educação superior, destacadamente na UFMA, passe de fato a ser encarada como um direito social e que, portanto, envolve a construção de políticas institucionais de acessibilidade, fundamentadas nos princípios de democratização, universalização, flexibilização e acessibilidade.

O núcleo, neste sentido, deve ser o mediador das relações institucionais que envolvem a inclusão da pessoa com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas e não, simplesmente, ser o depósito para os problemas referentes a esses alunos.

No tocante aos desafios propostos ao Núcleo e à universidade, de forma geral, quanto a perspectiva de concretização da inclusão, destacam-se, primeiramente, a estruturação de um espaço físico adequado ao atendimento de todas as pessoas com deficiências e/ou com necessidades educacionais específicas; ampliação do quadro de profissionais do Núcleo, pois o número dos referidos discentes vem crescendo paulatinamente; ações referentes a formação continuada dos docentes, bem como referentes à sensibilização da comunidade acadêmica em relação ao processo ensino-aprendizagem das referidas pessoas, na universidade.

Em face disso, considera-se que a educação inclusiva no âmbito da Educação Superior ainda vivencia um processo de construção de uma identidade própria, a qual deve se organizar a partir das demandas específicas impostas cotidianamente nesse contexto.

Faz-se importante destacar que não compete exclusivamente ao Núcleo a eficiência e eficácia da inclusão dos discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, mas, também à comunidade acadêmica como um todo, envolvendo a desconstrução de preconceitos, estigmas e barreiras atitudinais em relação à deficiência e/ou às diferenças individuais, assim como o compromisso dos docentes na busca por maiores conhecimentos e/ou qualificação profissional para o processo ensino-aprendizagem dos (as) alunos (as), público alvo da Educação Especial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília-DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **PROGRAMA INCLUIR.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?itemid=495>. Acesso em 05/01/2015.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília-DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO, No 121 - CONSUN, de 17 de dezembro de 2009** - Aprova a criação do Núcleo Pró Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/boZYWHm4X6XtB9a.pdf>. Acesso em 10/10/2015

\_\_\_\_\_. **NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE** - Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category\\_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146/2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 11-10-15.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611/11.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em 11-10-15.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior.** Tese – Doutorado em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Campus Marília. São Paulo. 2010

\_\_\_\_\_. **Políticas Afirmativas para o acesso de alunos com deficiência à educação superior.** In. CARVALHO, Mariza Borges Wall B. de. COSTA, Valdelúcia Alves da, MIRANDA, Therezinha Guimarães (Org.). Educação Básica, Educação Superior e Inclusão Escolar: pesquisas, experiências e reflexões. Niterói-RJ: Intertexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior:** atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão. Curitiba: Instituto Memória, 2013.

COMPARATO. Fábio Konder. O princípio da igualdade e a escola. In: LIMA, Francisca das Chagas Silva. SOUZA, Jhonatan UELSON Pereira. CARDOZO, Maria José Pires. (Orgs.). **Democratização da escola pública:** sendas e veredas. São Luís: MA: EDUFMA, 2011

PEREIRA, Marilú Mourão. **Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior.** PONTO DE VISTA, Florianópolis, n. 10, p. 19-38, 2008

SANTOS, Cristiane da Silva. **Políticas de Acesso e Permanência dos Alunos com deficiência em Universidades Brasileiras e Portuguesas.** VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 05 a 07 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT02-2013/AT02-006.pdf>. Acesso em 20/12/2014

\_\_\_\_\_. **Políticas de Acesso e Permanência dos Alunos com deficiência em Universidades Brasileiras e Portuguesas.** Tese – Doutorado em Educação. Faculdade de Educação - FACED, da Universidade Federal de Uberlândia – UFMA. Minas Gerais, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Paradigma da Inclusão e suas Implicações Educacionais.** Disponível em: <http://www.ines.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/forum5-old1.pdf>. Acesso em: 09/10/2015